

HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA

Termo de Referência 8/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

8/2026

160168-HOSPITAL DE GUARNICAO DE MARABA

Editado por

NAIANE CARVALHO NOGUEIRA

Atualizado em

07/05/2026 13:23 (v 0.10)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

64591.000159/2026-41

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS HOSPITALARES, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	Catmat	Und	Quantidade Total	Mediana Unitário (R\$)	Mediana de Preços Total (R\$)	Regra de origem	Margem Normal	Regra de Qualificação	Margem adicional	ANVISA
1	AVENTAL/CAMISOLA/BATA; REUTILIZÁVEL; MATERIAL ALGODÃO E POLIÉSTER - TECIDO MISTO; GRAMATURA NO MÍNIMO DE 120 G/M2; TIPO MANDA CURTA; MODELO CAMISOLA AJUSTÁVEL COM ABERTURA NA FRENTE E/OU COSTAS; COM LOGO DO HOSPITAL (HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE MARABÁ); TAMANHO DA LOGO 9CMX7CM; LOCALIZAÇÃO DO LOGO - PARTE FRONTAL DO AVENTAL; COR VERDE CLARO; TAMANHO DO AVENTAL INFANTIL P	605113	Unidade	10	30,55	305,50	-	-	-	-	NÃO
2	AVENTAL/CAMISOLA/BATA; REUTILIZÁVEL; MATERIAL ALGODÃO E POLIÉSTER - TECIDO MISTO; GRAMATURA NO MÍNIMO DE 120 G/M2; TIPO MANDA CURTA; MODELO CAMISOLA AJUSTÁVEL COM ABERTURA NA FRENTE E/OU COSTAS; COM LOGO DO HOSPITAL (HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE MARABÁ); TAMANHO DA LOGO 9CMX7CM;	605114	Unidade	10	22,00	220,00	-	-	-	-	NÃO

	LOCALIZAÇÃO DO LOGO - PARTE FRONTAL DO AVENTAL; COR VERDE CLARO; TAMANHO DO AVENTAL INFANTIL M										
3	AVENTAL DE PROTEÇÃO PARA EXPURGO, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, PROCESSO SMS, NA GRAMATURA DE 60 GR/M ² , SENDO 40GR/M ² , DE SMS E 20 GR/M ² , DE POLIETILENO. DEVE SER IMPERMEÁVEL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, SENDO O LADO EXTERNO LAMINADO E O LADO INTERNO ABSORVENTE, COM DEDAL, MANGAS COMPRIDAS TERMOSELADAS, PUNHO ELÁSTICO.DEVERÁ SER NAS DIMENSÕES DE 1,40CM X 70 CM E 1,40 CM X 80 CM, COM DECOTE CARECA, COM ACABAMENTO EM VIÉS NA GOLA, NA COR AZUL AZUL, EM EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO E COM INFORMAÇÕES DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR LAUDO QUE COMPROVE A EFICIÊNCIA TANTO MECÂNICA COMO A DE PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS E REGISTRO NA ANVISA	335478	Unidade	100	13,82	1.382,00	-	-	-	-	NÃO
4	Cera Para Osso Composição: Cera De Abelhas E Palmitato Isopropílico. Tipo Uso: Hemostático, Estéril, Descartável	273052	Envelope 2,5 gramas	50	22,25	1.112,50	-	-	-	-	SIM

6	<p>Conector valvulado (Sem Agulha): Elimina o uso de agulhas hipodérmicas para acesso ao sistema, reduzindo significativamente o risco de acidentes perfurocortantes para os profissionais de saúde, em conformidade com a NR32. Sistema Fechado e Valvulado: Possui uma válvula interna de silicone que se abre automaticamente quando um conector luer (macho) é acoplado e se fecha automaticamente quando desconectado, garantindo um caminho fluido estéril. Superfície Limpável (Swabable): Apresenta uma superfície lisa e plana que facilita a desinfecção com álcool antes de cada uso, prevenindo a contaminação cruzada. Transparência: O corpo do conector é geralmente transparente, permitindo a visualização do fluxo de líquidos, flushing e a detecção de ar. Segurança (Pressão Neutra/Positiva /Negativa): Muitos modelos oferecem "pressão neutra", o que impede o refluxo de sangue para dentro do cateter ao desconectar uma seringa, reduzindo a incidência de oclusões. Compatibilidade: Compatível com conexões Luer Lock e Luer Slip. Materiais: Livre de látex, livre de PVC e DEHP (atóxico), e compatível com exames de ressonância magnética (livre de metais).</p>	463741	Unidade	100	29,50	2.950,00	-	-	-	-	SIM
7	<p>Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida , Aspecto Físico: Placa , Composição: À Base De Hidrocolóide , Componente 1: C/ Espuma Pu , Dimensão: Cerca De 20 X 20 CM, Esterilidade: Estéril</p>	484807	Unidade	50	34,45	1.722,50	-	-	-	-	SIM

8	DRENO CIRÚRGICO: MODELO: TUBULO - LAMINAR. MATERIAL: SILICONE. CALIBRE: 19 FRENCH. COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA. VOLUME: CERCA DE 200 ML. CONECTOR UNIVERSAL: C/ CONECTOR. COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP. COMPONENTE II: RADIOPACO.TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	460184	Unidade	10	157,43	1.574,30	-	-	-	-	SIM
9	DRENO CIRÚRGICO: MODELO: TUBULAR. MATERIAL: SILICONE. CALIBRE: 12 FRENCH COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA. VOLUME: CERCA DE 200 ML. CONECTOR UNIVERSAL: C/ CONECTOR DUPLO. COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP. COMPONENTE II: RADIOPACO TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	438536	Unidade	10	48,04	480,40	-	-	-	-	SIM

10	DRENO CIRÚRGICO MODELO: KEHR EM "T" , MATERIAL: BORRACHA , CALIBRE: 10 FRENCH, COMPRIMENTO: CERCA DE 50 CM, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	438508	Unidade	10	12,99	129,90	-	-	-	-	SIM
11	DRENO CIRÚRGICO MODELO: TUBULAR , MATERIAL: SILICONE , CALIBRE: 14 FRENCH, COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA , VOLUME: CERCA DE 600 ML, CONECTOR UNIVERSAL: C / CONECTOR DUPLO , COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP , COMPONENTE II: RADIOPACO , TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	464739	Unidade	20	31,06	621,20	-	-	-	-	SIM
12	ESCOVA PLÁSTICA COM CERDAS EM AÇO INDICADA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS. DEVE POSSUIR APROXIMADAMENTE 18 CM DE COMPRIMENTO, CERDAS DE AÇO NAS DUAS EXTREMIDADES, SENDO QUE EM UMA DAS EXTREMIDADES DEVERÁ POSSUIR TRÊS FILAS DE CERDAS PARA DESCONTAMINAÇÃO GERAL E, NA OUTRA EXTREMIDADE, UMA ÚNICA FILEIRA DE CERDAS PARA DESCONTAMINAÇÃO DELICADA. CABO ANTIDERRAPANTE.	422715	Unidade	15	35,60	534,00	-	-	-	-	NÃO

13	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL FIO: POLIÉSTER BRANCO , MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR , COMPONENTE FIO: C/ REVESTIMENTO DESLIZANTE , DIÂMETRO FIO: 2-0 , COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 20 CM, TIPO AGULHA: AGULHA RETA + 1 /6 CIRCULO , MODELO AGULHA: CILÍNDRICA , COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 22 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL , APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	487604	Unidade	240	15,30	3.672,00	-	-	-	-	SIM
14	FIO CIRÚRGICO COM AGULHA: POLIPROPILENO (AZUL), MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO 5-0 USP, COMPRIMENTO CERCA DE 70CM, TIPO AGULHA DUAS AGULHAS NAS EXTREMIDADES DE 1/2, TAMANHO DA AGULHA DE 10MM, AGULHA CILÍNDRICA. ESTÉRIL. EMBALAGEM INDIVIDUAL.	606409	Unidade	48	14,35	688,80	-	-	-	-	SIM
15	FITA HOSPITALAR TIPO: SUTURA CUTÂNEA ADESIVA , MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO , DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 X 12,5 CM, FORMATO: EM TIRA , ESTERILIDADE: ESTÉRIL	483443	Unidade	100	35,76	3.576,00	-	-	-	-	SIM
16	FORMALDEÍDO (FORMOL) ASPECTO FÍSICO.SOLUÇÃO A Q U O S A , CONCENTRAÇÃO: 4%	458287	Litro	20	55,49	1.109,80	-	-	-	-	SIM

17	LUBRIFICANTE HIDROSSOLÚVEL P/ INSTRUMENTAL CIRÚRGICO - SOLUÇÃO LUBRIFICANTE, LIVRE DE ÓLEOS E DE SILICONE, DEVE SER COMPOSTO POR MINERAIS NEUTRO, HIDROSSOLÚVEIS E PERMEÁVEIS AO VAPOR, USADO PARA LUBRIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, PROTEGENDO-OS CONTRA FERRUGEM E OXIDAÇÃO. O PRODUTO DEVE SER APLICADO DIRETAMENTE NOS INSTRUMENTAIS DEPOIS DE LIMPOS E SECOS. DEVE SER INDICADO PARA USO DIÁRIO NO PROCESSAMENTO DE ARTIGOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE AÇO INOXIDÁVEL, PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FRASCO COM 1000 ML	482855	Unidade	10	58,50	585,00	-	-	-	-	SIM
18	PROTETOR OCULAR MATERIAL: PELÍCULA HIPOALERGÊNICA , MODELO: BINOCULAR , APLICAÇÃO: P/ FOTOTERAPIA NEONATAL, COMPONENTE: BORDA C/ FIXAÇÃO ADESIVA, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: PEQUENO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, FORMATO: TIPO ÓCULOS.	479669	Unidade	50	17,85	892,50	-	-	-	-	SIM
19	SERINGA, MATERIAL POLIPROPILENO, ISENTA DE LÁTEX, CAPACIDADE 60ML, TIPO DE BICO BICO CATETER, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	439629	Unidade	100	2,23	223,00	-	-	-	-	SIM

20	TERMOHIGRÔMETRO, TIPO DIGITAL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BATERIA. FAIXA DE TEMPERATURA: -20 A 70 ° C , APLICAÇÃO: MONITORAMENTO TEMPERATURA E HUMIDADE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DATA LOGGER, INTERFACE USB, PROTOCOLO DE CALIBRAÇÃO	601368	Unidade	10	231,36	2.313,60	código CFI ou PPB	10%	portaria DensIn	10%	NÃO
21	TUBO VENTILAÇÃO OUVIDO, MATERIAL POLITETRAFLUORETILENO-PTFE, TIPO TIPO SHEPARD COM HASTE, TAMANHO 1MM X 2,4MM, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL.	624476	Unidade	30	132,00	3.960,00	-	-	-	-	SIM
22	MARCADOR DE INSTRUMENTAL TIPO: ROLO , FORMATO: FITA ADESIVA , MATERIA PRIMA: ISENTO DE LÁTEX , CARACTERÍSTICAS: COM COR, ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL	428831	Unidade	100	92,71	9.271,00	-	-	-	-	SIM
23	SISTEMA P/ ESTOMIA APLICAÇÃO: INTESTINAL , TIPO: BOLSA E BASE ADESIVA COMPATÍVEL 2 PEÇAS , MODELO: DRENÁVEL , TIPO BOLSA: ANTIODOR TRANSPARENTE , COMPONENTES: C/ FILTRO GASES , TIPO BASE: ADESIVO MICROPOROSO E RESINA SINTÉTICA , ESTRUTURA: CONVEXA , TIPO RECORTE BASE ADESIVA: RECORTÁVEL , DIÂMETRO: FLANGE ATÉ 70 MM, TIPO USO: ADULTO, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ABA P/ CINTO	477248	Unidade	25	51,60	1.290,00	-	-	-	-	SIM

24	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ NITROGÊNIO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	621811	Unidade	4	315,00	1.260,00	-	-	-	-	SIM
25	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO , COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ GÁS CARBÔNICO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS , MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	621810	Unidade	4	325,00	1.300,00	-	-	-	-	SIM
26	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ AR COMPRIMIDO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	621808	Unidade	6	305,63	1.833,78	-	-	-	-	SIM
27	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO , COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO, TIPO DE GÁS: P/ OXIGÊNIO, COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	621807	Unidade	12	325,00	3.900,00	-	-	-	-	SIM
	Avental Cirúrgico - Paramentação Esterilidade: Estéril, Uso Único , Material: Não Tecido 100%										

28	Polipropileno - Tipo Sms , Tipo De Barreira: C/ Barreira Bacteriana , Propriedade: Hidrorepelente , Gramatura: Cerca De 70 G/M2, Modelo Manga: Longa C/ Punho Em Malha , Tamanho: Grande (G) , Tipo Fechamento: Posterior P/ Pescoço E Cintura , Característica: Cartão De Fechamento Asséptico , Adicional: C/ Toalha De Mão , Embalagem: Embalagem Individual	604922	Unidade	2.000	15,84	31.680,00	-	-	-	-	SIM
29	Compressa Campo Operatório Tipo: Sem Pré-Encolhimento , Dimensão: Cerca De 23 X 25 CM, Material: Tecido Misto , Radiopacidade: C/ Elemento Radiopaco , Fixação: C/ Dispositivo De Fixação , Esterilidade: Estéril, Uso Único	623080	Embalagem c/ 50 Und	150	53,49	8.023,50	-	-	-	-	SIM
30	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Algodão , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2 , Radiopacidade: Com Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Estéril, Uso Único	628250	Embalagem c/ 500 Und	260	28,60	7.436,00	-	-	-	-	SIM
TOTAL R\$ 104.031,28											

1.1. Estimativa de consumo do Órgão Gerenciador:

ÓRGÃO GERENCIADOR: HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE MARABÁ					
Item	Especificação	Und	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	QTD TOTAL
1	Vestimenta Hospitalar Esterilidade: Reutilizável, Tipo: Avental / Camisola / Bata , Material: Algodão E Poliéster - Tecido Misto , Gramatura: Mínimo De 120 G /M2, Tipo Manga: Curta , Modelo Camisola: Ajustável C/ Abertura Na Frente Ou Costas , Tamanho: Infantil Pequeno (P) , Característica: C/ Cor, Unissex	Unidade	10	10	10
2	Vestimenta Hospitalar Esterilidade: Reutilizável , Tipo: Avental / Camisola / Bata , Material: Algodão E Poliéster - Tecido Misto , Gramatura: Mínimo De 120 G /M2, Tipo Manga: Curta , Modelo Camisola: Ajustável C/ Abertura Na Frente Ou Costas , Tamanho: Infantil Médio (M) , Característica: C/ Cor, Unissex	Unidade	10	10	10

3	AVENTAL DE PROTEÇÃO PARA EXPURGO, CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, PROCESSO SMS, NA GRAMATURA DE 60 GR/M ² , SENDO 40GR/M ² , DE SMS E 20 GR/M ² , DE POLIETILENO. DEVE SER IMPERMEÁVEL, NÃO ESTÉRIL, HIPOALERGÊNICO, ATÓXICO, SENDO O LADO EXTERNO LAMINADO E O LADO INTERNO ABSORVENTE, COM DEDAL, MANGAS COMPRIDAS TERMOSELADAS, PUNHO ELÁSTICO.DEVERÁ SER NAS DIMENSÕES DE 1,40CM X 70 CM E 1,40 CM X 80 CM, COM DECOTE CARECA, COM ACABAMENTO EM VIÉS NA GOLA, NA COR AZUL AZUL, EM EMBALAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO E COM INFORMAÇÕES DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO. DEVERÁ APRESENTAR LAUDO QUE COMPROVE A EFICIÊNCIA TANTO MECÂNICA COMO A DE PENETRAÇÃO DE LÍQUIDOS E REGISTRO NA ANVISA	Unidade	50	100	100
4	Cera Para Osso Composição: Cera De Abelhas E Palmitato Isopropílico. Tipo Uso: Hemostático, Estéril, Descartável	Envelope 2,5 gramas	50	50	50
5	Tipo: Compressa Campo Operatório (usada para cobrir áreas cirúrgicas). Pré-Encolhimento: Indica que a compressa foi pré-lavada e encolhida, garantindo a dimensão exata (25x28cm) após a esterilização e uso. Dimensões: Cerca de 25 x 28 cm (tamanho padrão para campos operatórios). Material: 100% Algodão, macio, absorvente e purificado. Radiopacidade: Possui um elemento (fio ou placa de sulfato de bário) que a torna visível em radiografias, evitando que seja esquecida dentro do corpo. Fixação: Vem com um dispositivo (alça, cadarço ou cordão) para ser facilmente localizada e retirada após a cirurgia. Esterilidade: Estéril, embalada para uso em ambiente cirúrgico. Uso Único: Descartável após um único procedimento, para evitar infecções.	Embalagem c/ 5 und	1.000	4.000	4.000

6	<p>Conector valvulado (Sem Agulha): Elimina o uso de agulhas hipodérmicas para acesso ao sistema, reduzindo significativamente o risco de acidentes perfurocortantes para os profissionais de saúde, em conformidade com a NR32. Sistema Fechado e Valvulado: Possui uma válvula interna de silicone que se abre automaticamente quando um conector luer (macho) é acoplado e se fecha automaticamente quando desconectado, garantindo um caminho fluido estéril. Superfície Limpável (Swabable): Apresenta uma superfície lisa e plana que facilita a desinfecção com álcool antes de cada uso, prevenindo a contaminação cruzada. Transparência: O corpo do conector é geralmente transparente, permitindo a visualização do fluxo de líquidos, flushing e a detecção de ar. Segurança (Pressão Neutra/Positiva/Negativa): Muitos modelos oferecem "pressão neutra", o que impede o refluxo de sangue para dentro do cateter ao desconectar uma seringa, reduzindo a incidência de oclusões. Compatibilidade: Compatível com conexões Luer Lock e Luer Slip. Materiais: Livre de látex, livre de PVC e DEHP (atóxico), e compatível com exames de ressonância magnética (livre de metais).</p>	Unidade	50	100	100
7	<p>Curativo / Cobertura Aplicação: P/ Ferida , Aspecto Físico: Placa , Composição: À Base De Hidrocolóide , Componente 1: C/ Espuma Pu , Dimensão: Cerca De 20 X 20 CM, Esterilidade: Estéril</p>	Unidade	50	50	50
8	<p>DRENO CIRÚRGICO: MODELO: TUBULO - LAMINAR. MATERIAL: SILICONE. CALIBRE: 19 FRENCH. COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA. VOLUME: CERCA DE 200 ML. CONECTOR UNIVERSAL: C/ CONECTOR. COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP. COMPONENTE II: RADIOPACO.TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL</p>	Unidade	5	10	10
9	<p>DRENO CIRÚRGICO: MODELO: TUBULAR. MATERIAL: SILICONE. CALIBRE: 12 FRENCH COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL. COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA. VOLUME: CERCA DE 200 ML. CONECTOR UNIVERSAL: C/ CONECTOR DUPLO. COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP. COMPONENTE II: RADIOPACO TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL</p>	Unidade	5	10	10

10	DRENO CIRÚRGICO MODELO: KEHR EM "T" , MATERIAL: BORRACHA , CALIBRE: 10 FRENCH, COMPRIMENTO: CERCA DE 50 CM, TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	Unidade	5	10	10
11	DRENO CIRÚRGICO MODELO: TUBULAR , MATERIAL: SILICONE , CALIBRE: 14 FRENCH, COMPONENTE: INTRODUTOR EM AÇO INOXIDÁVEL, COMPONENTE ADICIONAL: C/ RESERVATÓRIO GRADUADO - PRESSÃO NEGATIVA , VOLUME: CERCA DE 600 ML, CONECTOR UNIVERSAL: C / CONECTOR DUPLO , COMPONENTE I: C/ VÁLVULA ANTIRREFLUXO E EXTENSOR C/ CLAMP , COMPONENTE II: RADIOPACO , TIPO USO: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL	Unidade	10	20	20
12	ESCOVA PLÁSTICA COM CERDAS EM AÇO INDICADA PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTAIS. DEVE POSSUIR APROXIMADAMENTE 18 CM DE COMPRIMENTO, CERDAS DE AÇO NAS DUAS EXTREMIDADES, SENDO QUE EM UMA DAS EXTREMIDADES DEVERÁ POSSUIR TRÊS FILAS DE CERDAS PARA DESCONTAMINAÇÃO GERAL E, NA OUTRA EXTREMIDADE, UMA ÚNICA FILEIRA DE CERDAS PARA DESCONTAMINAÇÃO DELICADA. CABO ANTIDERRAPANTE.	Unidade	15	15	15
13	FIO DE SUTURA AGULHADO MATERIAL FIO: POLIÉSTER BRANCO , MODELO FIO: MULTIFILAMENTAR , COMPONENTE FIO: C/ REVESTIMENTO DESLIZANTE , DIÂMETRO FIO: 2-0 , COMPRIMENTO FIO: CERCA DE 20 CM, TIPO AGULHA: AGULHA RETA + 1/6 CIRCULO , MODELO AGULHA: CILÍNDRICA , COMPRIMENTO AGULHA: CERCA DE 22 MM, ESTERILIDADE: ESTÉRIL , APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM INDIVIDUAL	Unidade	96	240	240
14	FIO CIRÚRGICO COM AGULHA: POLIPROPILENO (AZUL), MONOFILAMENTAR, DIÂMETRO 5-0 USP, COMPRIMENTO CERCA DE 70CM, TIPO AGULHA DUAS AGULHAS NAS EXTREMIDADES DE 1/2, TAMANHO DA AGULHA DE 10MM, AGULHA CILÍNDRICA. ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 24 UNIDADES	Unidade	48	48	48
15	FITA HOSPITALAR TIPO: SUTURA CUTÂNEA ADESIVA , MATERIAL: DORSO EM NÃO TECIDO , DIMENSÕES: CERCA DE 2,5 X 12,5 CM, FORMATO: EM TIRA , ESTERILIDADE: ESTÉRIL	Unidade	50	100	100

16	FORMALDEÍDO (FORMOL) ASPECTO FÍSICO. SOLUÇÃO AQUOSA , CONCENTRAÇÃO: 4%	Unidade	10	20	20
17	LUBRIFICANTE HIDROSSOLÚVEL P/ INSTRUMENTAL CIRÚRGICO - SOLUÇÃO LUBRIFICANTE, LIVRE DE ÓLEOS E DE SILICONE, DEVE SER COMPOSTO POR MINERAIS NEUTRO, HIDROSSOLÚVEIS E PERMEÁVEIS AO VAPOR, USADO PARA LUBRIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS, PROTEGENDO-OS CONTRA FERRUGEM E OXIDAÇÃO. O PRODUTO DEVE SER APLICADO DIRETAMENTE NOS INSTRUMENTAIS DEPOIS DE LIMPOS E SECOS. DEVE SER INDICADO PARA USO DIÁRIO NO PROCESSAMENTO DE ARTIGOS E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS DE AÇO INOXIDÁVEL, PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. FRASCO COM 1000 ML	Unidade	10	10	10
18	PROTETOR OCULAR MATERIAL: PELÍCULA HIPOALERGÊNICA , MODELO: BINOCULAR , APLICAÇÃO: P/ FOTOTERAPIA NEONATAL, COMPONENTE: BORDA C/ FIXAÇÃO ADESIVA, EMBALAGEM: EMBALAGEM INDIVIDUAL, TAMANHO: PEQUENO, ESTERILIDADE: USO ÚNICO, FORMATO: TIPO ÓCULOS.	Unidade	50	50	50
19	SERINGA, MATERIAL POLIPROPILENO, ISENTA DE LÁTEX, CAPACIDADE 60ML, TIPO DE BICO BICO CATETER, SEM AGULHA, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL.	Unidade	50	100	100
20	TERMOHIGRÔMETRO, TIPO DIGITAL, FONTE DE ALIMENTAÇÃO BATERIA. FAIXA DE TEMPERATURA: -20 A 70 ° C , APLICAÇÃO: MONITORAMENTO TEMPERATURA E HUMIDADE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DATA LOGGER, INTERFACE USB, PROTOCOLO DE CALIBRAÇÃO	Unidade	10	10	10
21	TUBO VENTILAÇÃO OUVIDO, MATERIAL POLITETRAFLUORETILENO- PTFE, TIPO TIPO SHEPARD COM HASTE, TAMANHO 1MM X 2,4MM, TIPO USO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL.	Unidade	10	30	30
22	MARCADOR DE INSTRUMENTAL TIPO: ROLO , FORMATO: FITA ADESIVA , MATERIA PRIMA: ISENTO DE LÁTEX , CARACTERÍSTICAS: COM COR, ADICIONAIS: AUTOCLAVÁVEL	Unidade	50	100	100

23	SISTEMA P/ ESTOMIA APLICAÇÃO: INTESTINAL , TIPO: BOLSA E BASE ADESIVA COMPATÍVEL 2 PEÇAS , MODELO: DRENÁVEL , TIPO BOLSA: ANTIODOR TRANSPARENTE , COMPONENTES: C/ FILTRO GASES , TIPO BASE: ADESIVO MICROPOROSO E RESINA SINTÉTICA , ESTRUTURA: CONVEXA , TIPO RECORTE BASE ADESIVA: RECORTÁVEL , DIÂMETRO: FLANGE ATÉ 70 MM, TIPO USO: ADULTO, COMPONENTE ADICIONAL: C/ ABA P/ CINTO	Unidade	25	25	25
24	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ NITROGÊNIO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	Unidade	2	4	4
25	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO , COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ GÁS CARBÔNICO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS , MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	Unidade	2	4	4
26	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO, COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO , TIPO DE GÁS: P/ AR COMPRIMIDO , COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	Unidade	3	6	6
27	VÁLVULA REGULADORA PARA GASES MEDICINAIS MODELO: VÁLVULA REGULADORA DE PRESSÃO , COMPATIBILIDADE: P/ CILINDRO, TIPO DE GÁS: P/ OXIGÊNIO, COMPONENTE: C/ 2 MANÔMETROS, MATERIAL: LATÃO CROMADO E POLÍMERO	Unidade	6	12	12
28	Avental Cirúrgico - Paramentação Esterilidade: Estéril, Uso Único , Material: Não Tecido 100% Polipropileno - Tipo Sms , Tipo De Barreira: C/ Barreira Bacteriana , Propriedade: Hidrorepelente , Gramatura: Cerca De 70 G /M2, Modelo Manga: Longa C/ Punho Em Malha , Tamanho: Grande (G) , Tipo Fechamento: Posterior P/ Pescoço E Cintura , Característica: Cartão De Fechamento Asséptico , Adicional: C/ Toalha De Mão , Embalagem: Embalagem Individual	Unidade	1.000	2.000	2.000
29	Compressa Campo Operatório Tipo: Sem Pré-Encolhimento , Dimensão: Cerca De 23 X 25 CM, Material: Tecido Misto , Radiopacidade: C/ Elemento Radiopaco , Fixação: C/ Dispositivo De Fixação , Esterilidade: Estéril, Uso Único	Embalagem c/ 50 Und	50	150	150
30	Gaze Uso Em Saúde Modelo: Compressa C/ Dobras E Camadas , Material: Tecido 100% Algodão , Densidade: Cerca De 13 Fios / Cm2 , Radiopacidade: Com Elemento Radiopaco , Dimensão Fechada: Cerca De 7,5 X 7,5 Cm , Esterilidade: Estéril, Uso Único	Embalagem c/ 500 Und	50	260	260

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Em caso de divergência entre o descritivo do CATMAT e do Termo de Referência, prevalecerá o descritivo do Termo de Referência.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano** contados da assinatura do termo de contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no compras.gov, prevalecerá o descritivo constante no Edital.

1.8. No que toca à especificação do objeto temos a informar que nenhuma se valeu da indicação de marca, mas sim da denominação comum brasileira (DCB), com critérios qualitativos alinhados aos códigos BR estabelecidos pelo Ministério da Saúde (Sede – Brasília), tendo sido tomadas pela Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) as cautelas necessárias para assegurar que as descrições dos objetos correspondam àqueles elementos essenciais do bem, sem maiores riscos à limitação indevida da competição.

1.9. Apenas será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000275/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

III) Id do item no PCA: 55;

IV) Classe/Grupo: 6515 ;

V) Identificador da Futura Contratação: 160168-15/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, tais como, apenas será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Conforme manifestação da GERÊNCIA DE RESÍDUOS DO INC - COAD/INC no SEI (0015615151), a contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Art. 5º: "Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL":

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

4.1.2 A Contratada deve atender, quando aplicável, as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF, pois os bens a serem adquiridos, estão enquadrados na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, Anexo I, como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF /APP.

4.1.3 A Contratada deve garantir, quando aplicável, que os itens consumidores de energia, estejam enquadrados no âmbito do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), segundo Instrução Normativa, nº 2/14, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como, possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe "A", segundo padrão INMETRO.

4.1.4 A Contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, quando couber, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33, quando da obsolescência destes insumos.

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de: I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens; II - pilhas e baterias; III - pneus; IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens; V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista; VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes".

4.1.5 Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

4.1.6 Seguir como legislação norteadora o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da Advocacia Geral da União - AGU/CGU, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 5º), bem como as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU /SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

Não há indicação de marca ou modelo.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

Não há vedação de marca ou produto.

4.4 Da exigência de amostra

Não será exigido amostras.

Subcontratação:

4.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

a) Não será reservado cotas para microempresas e empresas de pequeno porte no presente certame conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. Margem de Preferência:

O objeto da contratação não está enquadrado na margem de preferência, prevista no Decreto n.º 12.218/2024, conforme disposto na Resolução n.º 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, .

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. **O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho via e-mail, por meio do endereço eletrônico farmahgumaraba@gmail.com, em remessa **ÚNICA e INTEGRAL**, sob demanda da Seção de Farmácia Hospitalar do H Gu Marabá e nas quantidades necessárias ao consumo dimensionado pela Administração para determinado período, respeitadas a capacidade de estocagem, a validade das mercadorias, o consumo estimado para os itens, os recursos orçamentários disponíveis na ocasião e as quantidades registradas em Ata.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço do Órgão Gestor o Hospital de Guarnição de Marabá - PA – Seção Farmácia Hospitalar, no seguinte endereço: Folha 26 – Quadra Especial S/Nr - CEP 68.509-090, de segunda a sexta-feira das 07:00h às 12:00hs e 13:00 às 18:00 hs – no setor de farmácia hospitalar, devidamente embalados e lacrados. As empresas fornecedoras deverão observar rigorosamente o cumprimento desses horários, ficando sujeitas à devolução da mercadoria em caso de remessa fora do horário ora fixado.

5.4 Os produtos deverão ser entregues com prazo de validade de no mínimo de 12 (doze) meses para o caso de medicamentos com validade plena de mais de 01 (um) ano. Para os medicamentos com validade plena de até 12 (doze) meses, a validade mínima de entrega deve ser igual a 80% (oitenta por cento) deste prazo, ou seja, aproximadamente 09 (nove) meses contados da data de entrega do medicamento na Farmácia Hospitalar do Hospital de Guarnição de Marabá.

5.4.1 O critério de validade mencionado faz-se necessário em razão do processo para a realização do pedido possuir, via de regra, previsão para 03 (três) meses de consumo, sendo influenciado por fatores diversos, tais como fortuitos sazonais, questões técnicas relacionadas a produção dos laboratórios, logística na entrega, surtos de doenças específicas e alterações generalizadas na demanda.

5.4.2 A entrega de produtos com prazo de validade diferente do que foi previsto na cláusula 6.3 só poderá ocorrer mediante autorização PRÉVIA da Farmácia Hospitalar, mediante a emissão de CARTA DE COMPROMISSO DE TROCA sem qualquer encargo, termo ou condição. A eventual presença desses elementos acidentais incluídos unilateralmente pela podendo a Área de CONTRATADA no instrumento citado será considerada não escrita pela Administração Pública, Farmácia, a qualquer tempo, revogar eventual autorização de entrega com prazo de validade diverso, e deflagrar o processo punitivo contra aqueles que descumprirem as regras contratuais originárias e demais ajustes firmados supervenientemente com a Administração.

5.5 Será obrigatória a comprovação, no momento da entrega do medicamento, da identidade de cada lote, mediante laudo de controle de qualidade emitido pelo fabricante, nos termos da legislação sanitária e conforme exigências do art. 16, inciso II da Lei 6.360/76.

5.6 Será obrigatória a apresentação de Notas Fiscais especificando a validade e o número de lotes dos medicamentos, conforme exigências da RDC Nº 304, DE 17 de Setembro de 2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

5.7 Os materiais hospitalares deverão ser transportados, entregues, e acondicionados adequadamente de acordo com as instruções do fabricante e na temperatura exigida para seu transporte, sob pena de devolução dos mesmos pela Farmácia Hospitalar, com a imediata obrigação de substituição por lote diferente do apresentado inicialmente.

5.8 Para materiais importados, será necessária a entrega de manual de instruções em português.

5.9 A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021”.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Modelo de Gestão do Contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

*7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

*7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **20%** (vinte por cento) a 30 % (trinta por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a **15%** (quinze por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15%** (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

*7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **5%** (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1.o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27 É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.28. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do Contratante.*

8.29. *A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.*

8.30. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.31. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.32. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

Reajuste

8.33. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11 de outubro de 2025.

8.34. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A15] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A16] .

8.35. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.36. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.37. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.38. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.39. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.40. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO UNITÁRIO** por **ITEM**.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.3. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.7. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.9. **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.10. **Agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

9.11 **Produtor Rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

9.12 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.15 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

9.22 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.23 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.23.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

9.23.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.23.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.23.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.24 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.25 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.26. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

9.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.27.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.27.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.27.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.28. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.28.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.28.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.28.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.28.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.28.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.28.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.28.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.28.8. A contratada deverá apresentar a Declaração do Detentor de Registro (DDR), na forma da RDC 81, de 5 de novembro de 2018 e RDC 103, de 31 de agosto de 2016, quando for o caso de importação de medicamento feito por um terceiro e não pelo detentor do registro do medicamento na Anvisa.

9.28.9. A Autorização de Funcionamento (AE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pelo art. 3º da RDC Nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A pesquisa de preços realizada tem amparo na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e na instrução normativa (IN) nº 65, de 07 de julho de 2021, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Para o levantamento de mercado foram utilizados os seguintes critérios, por ordem de prioridade:

- Pesquisa no Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, utilizando por base os filtros CATMAT
- e Pesquisa em mídia especializada, mediante pesquisa em site de buscas empregando-se a denominação comum brasileira, forma de apresentação e dosagem.

10.2. A estimativa de preços que compõe os valores referenciais de cada medicamento encontra-se relacionada na Pesquisa de Preço 03/2026 realizada pelo COMPRASGOV de 20 de janeiro de 2026.

10.3. Será utilizado o sistema de registro de preços que trata-se de um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à aquisição de bens para contratações futuras, com prazo de validade não superior a doze meses e realização periódica de pesquisa de preços. O registro de preços pode ser adotado, entre outras hipóteses, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

10.4 O valor total da contratação ficou estimado em R\$ 105.753,87 (cento e cinco mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e sete centavos) conforme RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO.

10.5 O valor total da contratação de acordo com tabela constante neste termo de referência item 1.1 ficou estimado em R\$ 104.031,28 (cento e quatro mil e trinta e um reais e vinte e oito centavos) devido arredondamento das casas decimais.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, a serem definidos na oportunidade da contratação, por se tratar de Registro de Preços.
- 11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Marabá - PA, 20 de janeiro de 2026 .

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

13. O anexo I seguirá em anexo ao edital.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

14. O anexo II seguirá em anexo ao edital.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

NAIANE CARVALHO NOGUEIRA

Chefe da Farmácia Hospitalar



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 13:23:05.

JULIANA SIQUEIRA DE OLIVEIRA LOPES MARTINS

Membro da comissão de contratação